



# RELATÓRIO ANUAL

2017

# EXPEDIENTE



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Ivo Campos Athayde**

Diretor Presidente

**Olímpio Gonçalves Pimenta**

Conselheiro Vogal

**Marco Antônio Mattar da Silva**

Diretor Financeiro

**Tarcísio Correa Lima**

Conselheiro Vogal

**Lúcio de Moura Chaves**

Diretor Administrativo

**Wilson Ferreira de Melo**

Conselheiro Vogal

**Jorge Henrique Rego Araujo**

Conselheiro Vogal



## CONSELHO FISCAL

**Luís Flávio Alves da Silva**

Coordenador do Conselho

**Jorge Luiz Teodoro**

Conselheiro Fiscal Suplente

**Marcos Denilson Marzagão**

Conselheiro Fiscal Efetivo

**Walter Roberto Costa Lima**

Conselheiro Fiscal Suplente

**Gustavo Henrique**

**Barbosa Campos**

Conselheiro Fiscal Efetivo

**Leonardo Honório Rodrigues**

Conselheiro Fiscal Suplente

## ONDE ESTAMOS

### SEDE

Rua Ouro Preto, 161, 4º andar, Barro Preto  
Belo Horizonte – MG – CEP 30170-040

Tel.: (31) 3295-0461

### PA FÓRUM – BARRO PRETO

Av. Augusto de Lima, 1549, AL 177, Barro Preto  
Belo Horizonte – MG – CEP 30190-002

Tel.: (31) 3275-4645


### PA FÓRUM – RAJA

Av. Raja Gabáglia, 1753, Térreo (entrada ao lado  
do elevador da Torre 2), Luxemburgo  
Belo Horizonte – MG – CEP 30380-457

Tel.: (31) 3972-1858

### ATENDIMENTO

Segunda à Sexta - 08h às 18h

 (31) 98792-1332

# NORTEADORES

## MISSÃO

Proporcionar soluções financeiras com o objetivo de satisfazer às expectativas e necessidades econômicas e sociais dos cooperados.

## VISÃO

Ser referência em instituição financeira que propicia, de forma eficiente, segurança, transparência e as melhores soluções econômico-financeiras.

## VALORES

- Democracia;
- Ética;
- Excelência no atendimento;
- Igualdade;
- Respeito;
- Responsabilidade social;
- Transparência;
- Sigilo e confidencialidade nos negócios.

# SUMÁRIO

▶ 05

Mensagem do Presidente

▶ 07

Produtos e Serviços

▶ 13

Ação Social Dia C

▶ 14

Relatório da Administração

▶ 17

Demonstrações Contábeis

▶ 22

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

▶ 37

Relatório da Auditoria

▶ 40

Parecer do Conselho Fiscal

▶ 41

Gráficos



# MENSAGEM DO PRESIDENTE

**A**presentamos mais um Relatório Anual do Sicoob Credjus, com comprovada evolução dos nossos resultados. A mudança para nossa sede própria se tornou um marco em nossa história, nos possibilitando realizar nossos atendimentos com mais conforto e comodidade. Também em 2017, fizemos a necessária reforma estatutária no padrão Sicoob, buscando regulação para uma gestão moderna e governança alinhada às diretrizes do mercado.

O país, que ainda vive um cenário de instabilidade financeira, tem em exponencial crescimento o sistema cooperativo, e isso nos enche de entusiasmo. O Sicoob registrou, em 2017, expansão em seus números, além de ter atingido a marca de 4 milhões de cooperados no Brasil. O Sistema se destacou, ainda, pela abertura de novas agências no país. E nós, do Sicoob Credjus, nos orgulhamos mesmo é da proximidade que mantemos e cultivamos com nossos cooperados. Queremos estar cada vez mais perto e, por isso, inauguramos, em março de 2018, mais um Posto de Atendimento, na Raja Gabágliã. Nós acreditamos no poder das relações e esperamos unir forças com o mesmo objetivo: construir histórias e desenvolver pessoas. Dar aos nossos cooperados melhores condições de negócios é nosso compromisso e nossa colaboração para que progridam. Por isso, seguimos nos aperfeiçoando e buscando melhorias que os façam prosperar.



Na contramão da economia retraída e do crédito restrito, o cooperativismo de crédito avança e se torna a solução financeira mais segura e atrativa da atualidade. E você, cooperado, é a inspiração que precisamos para seguir crescendo, alcançando e beneficiando cada vez mais servidores do judiciário mineiro.

Saudações cooperativistas!

*Ivo Campos Athayde*

Diretor Presidente do Sicoob Credjus

# Sicoob, 39º colocado no ranking dos 200 Maiores Grupos Privados do Brasil.



CRIATIVA

Em 2017 o Sicoob subiu 12 posições no Ranking. Esse crescimento é resultado da inovação, agilidade e, principalmente, da essência da instituição: a economia compartilhada, feita por todos e para todos. Por isso, a cada dia, mais gente acredita no Sicoob.

**Venha também para um mundo onde você é essencial.**

 **SICOOB**  
*Faça parte.*



# PRODUTOS E SERVIÇOS



# PRODUTOS E SERVIÇOS

## LINHAS DE CRÉDITO

O SICOOB CREDJUS oferece linhas de crédito adequadas ao seu perfil e à sua necessidade, para que possa realizar seus sonhos, ou para aqueles momentos emergenciais. Conheça as modalidades de empréstimos:

### PESSOAL

Não possui destinação específica.

### EXTRAORDINÁRIO

Sua finalidade é o pagamento de despesas, como: IPTU; IPVA; DPVAT; taxa de renovação de licenciamento anual de veículo; seguro de automóvel; mensalidades escolares do titular e/ou dependentes legais; nascimento de filho; falecimento de cônjuge, ou filhos.

### EMERGENCIAL

Essa modalidade é concedida de forma mais rápida, para atender as necessidades de urgência e emergência.

### FINANCIAMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS CONVENIADOS

Tem como finalidade financiar os serviços e a aquisição de produtos e bens duráveis dos cooperados, junto aos nossos conveniados.

### ANTECIPAÇÃO DE URV

Através de convênio com o Tribunal de Justiça financiamos, aos servidores ativos e inativos do TJMG, a antecipação de URV's. Trata-se de adiantamento de quantias que lhe são devidas e somente seriam percebidas em parcelas futuras.

**OBS:** O número de parcelas e o valor do empréstimo estão condicionados à margem consignável, informada pelo Tribunal de Justiça.



# INVESTIMENTOS

Invista seus recursos no Sicoob Credjus e garanta excelente rentabilidade e total segurança!

## RDC - PÓS CDI

Com o intuito de estimular o hábito de poupança dos cooperados, o Sicoob Credjus oferece o RDC - PÓS CDI, modalidade com taxas de remuneração vinculadas às oscilações da economia do país.

## APLIC-COOP

Aplicação financeira mensal programada, com desconto direto na folha de pagamento.

## VANTAGENS



**RENTABILIDADE:** Superior à praticada no mercado financeiro;



**SEGURANÇA:** O Sicoob Credjus é uma Instituição financeira sólida, regulamentada pelo Banco Central do Brasil e ainda participa do FGCOOP, que garante até o valor de R\$250 mil reais por CPF;



**COMODIDADE:** A aplicação é debitada diretamente em folha de pagamento;



**FLEXIBILIDADE:** Após 30 dias, há possibilidade de resgate parcial, ou total, antecipado ao prazo estabelecido, sem perda do rendimento;



**DIFERENCIAL:** O investimento está sendo feito na sua cooperativa, você é um dos donos;



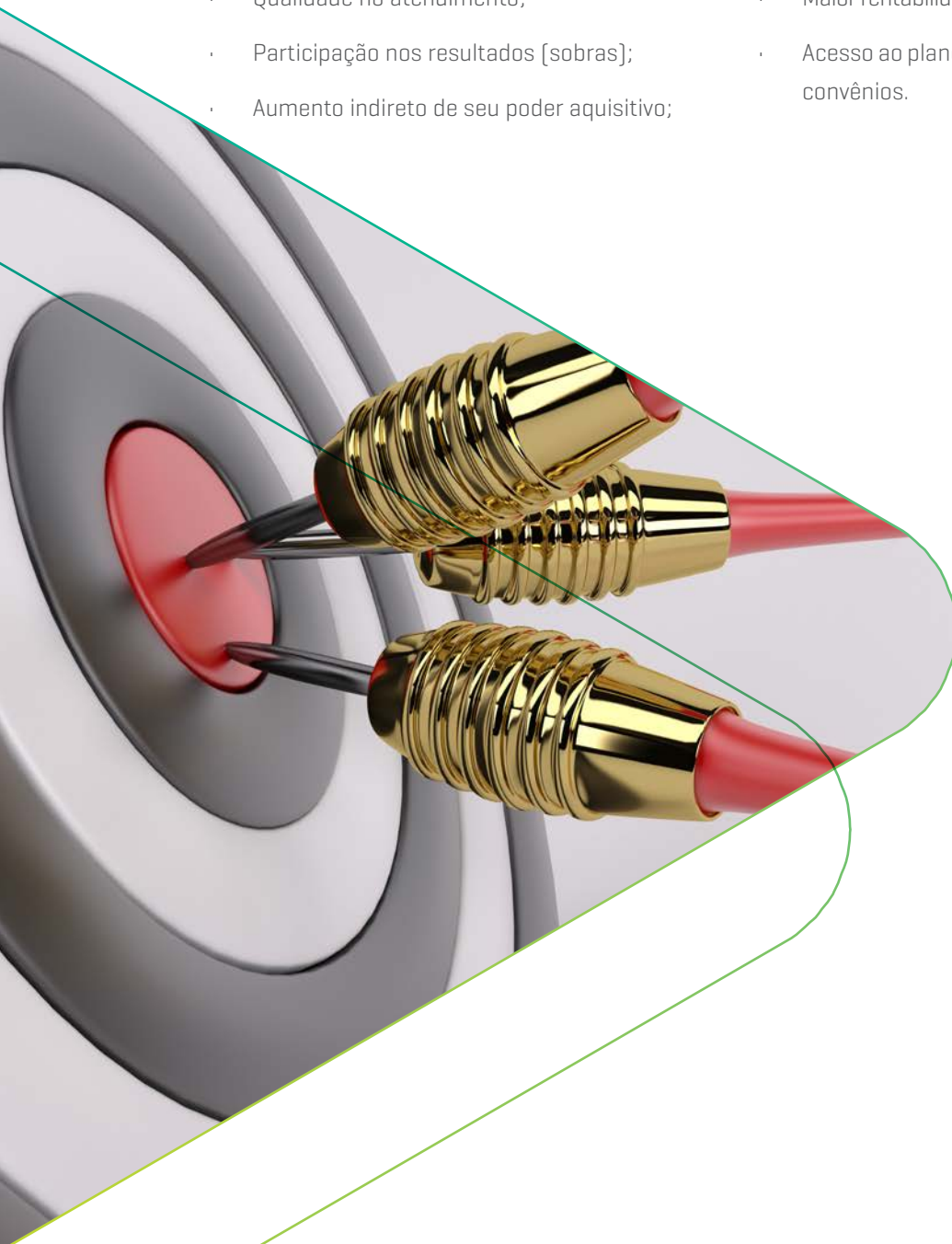
**OPORTUNIDADE:** Maior participação nas sobras "lucros", anualmente distribuídos, de acordo com a decisão da Assembleia Geral Ordinária.

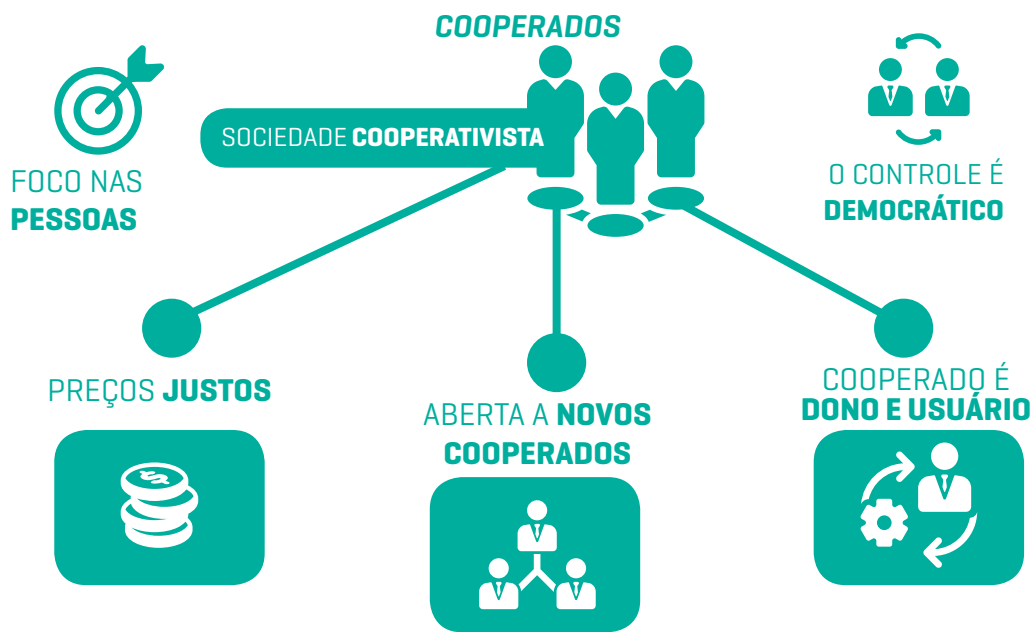
## KIT MATERNIDADE

O Kit Maternidade é oferecido ao recém nascido do cooperado. Saiba mais acessando o nosso site: [www.sicoobcredjus.com.br](http://www.sicoobcredjus.com.br)

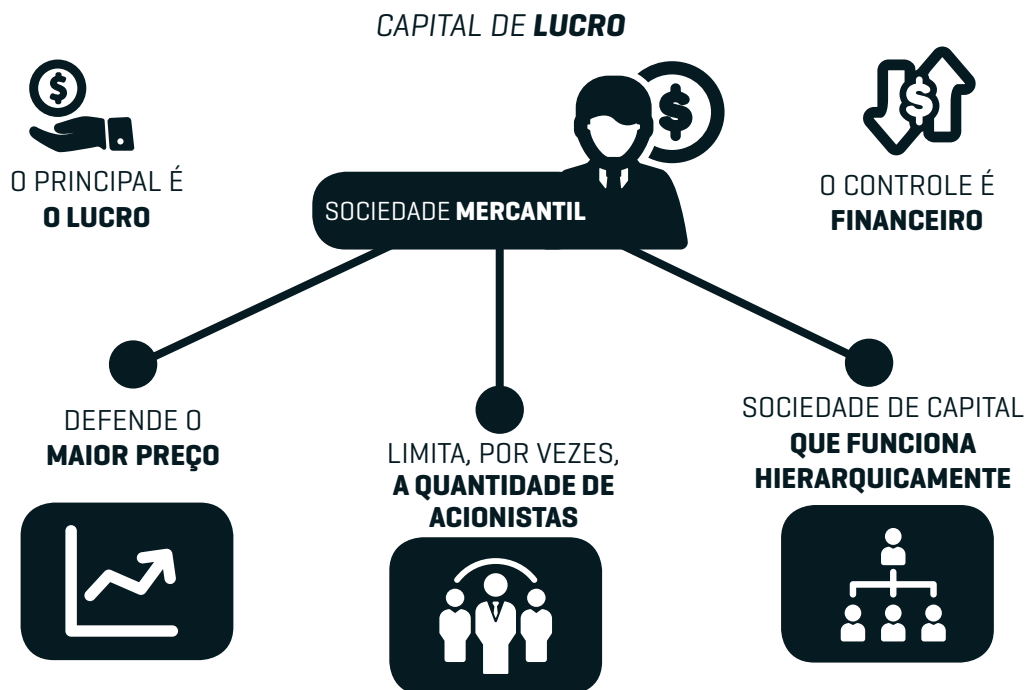
# VANTAGENS E DIFERENCIAIS EXCLUSIVOS

- O cooperado é dono e usuário da cooperativa;
- Tranquilidade em saber que é uma instituição criada e administrada pelos próprios servidores;
- Qualidade no atendimento;
- Participação nos resultados (sobras);
- Aumento indireto de seu poder aquisitivo;
- Operações de empréstimo com as menores taxas do mercado;
- Não cobramos taxas de abertura de crédito, ou cadastro;
- Maior rentabilidade nas aplicações financeiras;
- Acesso ao plano de saúde, seguros e diversos convênios.





*Os resultados (sobras) retornam aos cooperados proporcionalmente às SUAS OPERAÇÕES.*



*Os dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao NÚMERO DE AÇÕES.*



## Cooperados do SICOOB CREDJUS têm vantagens exclusivas para contratar planos Unimed-BH.

Para o SICOOB CREDJUS, quanto mais benefícios para os seus cooperados, melhor. E, com a Unimed-BH, a cooperativa oferece vantagens exclusivas aos titulares e seus dependentes.

Se você ainda não tem um plano Unimed, faça já a sua adesão e a de seus dependentes. Se você já possui, consulte nossas condições de transferência.

### **Confira os principais benefícios e diferenciais do plano UNIPART FLEX ESTADUAL:**

- Cobertura ambulatorial, hospitalar e obstétrica, conforme o rol da ANS.
- Acomodação em enfermaria ou apartamento.
- Abrangência estadual.
- Atendimento nacional em casos de urgência e emergência.
- Acesso à Rede Própria e à Rede Ampla da Unimed-BH, com mais de 5.700 médicos cooperados e a maior e melhor rede credenciada.

**Unimed** 



## DIA C VALORIZA A VIDA

**Mais um Dia de Cooperar - Dia C** - marcado pelo envolvimento de pessoas com um único propósito: transformar vidas. Assim foi a edição de 2017 do maior movimento de solidariedade cooperativista, em todo o Brasil.

Dia 1º de julho, o país se mobilizou e beneficiou mais de um milhão de pessoas com ações voluntárias. Em Minas Gerais, 266 cooperativas participaram de projetos direcionados às comunidades. E, o Sicoob Credjus, com o apoio e a participação de seus cooperados, colaboradores e familiares, contribuiu com doativos para cerca de 140 crianças em tratamento oncológico da Casa de Acolhida Padre Eustáquio (CAPE). Foram arrecadadas 4.157 fraldas, 72 litros de leite e 82 latas de Sustagem, além de outros itens de cesta básica e suplementação alimentar. As doações demonstram que atitudes simples podem mudar a realidade de quem luta pela vida.

O Dia C é uma iniciativa do Sistema Ocemg, e teve início em 2009. O projeto, que começou em Minas Gerais, hoje alcança todos os estados e o Distrito Federal. O Sicoob Credjus se orgulha em participar dessa campanha e agradece cada contribuição, acreditando que a união nos

fortalece e impulsiona à continuidade de ações que promovem o bem comum.



**FIQUE LIGADO!**  
**DEM AÍ O DIA C 2018!**  
**VAI SER DIA 30 DE JUNHO!**  
**CONTAMOS COM SUA PARTICIPAÇÃO!**

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## SENHORES ASSOCIADOS,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2017 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICCOOB CREDJUS, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em 2017 o SICCOOB CREDJUS completou 15 [quinze] anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

### 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICCOOB CREDJUS obteve um resultado de R\$ 3.063.787,15 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 14,87%.

### 3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 13.854.399,00 Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 26.714.423,37.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 8,10% da carteira, no montante de R\$ 2.163.742,21.

### 4. Captação

As captações, no total de R\$ 22.689.537,05, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 26,26%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:  
Depósitos a Prazo R\$ 22.689.537,05 100%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 43,39% da captação, no montante de R\$ 9.845.592,94.

### 5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICCOOB CREDJUS era de R\$ 20.604.157,40 O quadro de associados era composto por 4.923 Cooperados, havendo um acréscimo de 9,59% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

### 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” [avaliação por pontos], buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICCOOB CREDJUS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

### 7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da

cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICCOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla

a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## **8. Conselho Fiscal**

Eleito na AGO de 08/07/2017, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Alguns membros efetivos do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICCOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

## **9. Código de Ética**

Todos os integrantes da equipe do SICCOB CREDJUS aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICCOB – SICCOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## **10. Sistema de Ouvidoria**

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICCOB, composto por sistema tecnológico específico,

atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a Ouvidoria do SICOOB CREDJUS registrou 01 [uma] manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. A reclamação era relacionada a aplicação financeira.

A reclamação foi considerada improcedente e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

### **11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop**

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional [CMN] aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao

Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito [FGCoop], ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo [SNCC].

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

### **Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte [MG], 27 de fevereiro de 2018.

**Ivo Campos Athayde**  
Diretor Presidente

**Marco Antônio Mattar da Silva**  
Diretor Financeiro

**Lúcio de Moura Chaves**  
Diretor Administrativo

**Jorge Henrique Rego Araújo**  
Conselho Vogal

**Olímpio Gonçalves Pimenta**  
Conselho Vogal

**Tarcísio Correa Lima**  
Conselho Vogal

**Wilson Ferreira de Melo**  
Conselho Vogal





# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE  
2017 E 2016**  
**[VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$]**

ATIVO	NOTA	31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>		21.675.039,72	16.334.619,01
Disponibilidades	4	37.468,88	175.614,26
Relações Interfinanceiras	5	13.854.399,00	10.378.813,62
Centralização Financeira - Cooperativas		13.854.399,00	10.378.813,62
Operações de Crédito	6	6.210.667,31	5.645.436,14
Operações de Crédito		6.683.153,71	5.995.592,42
[Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa]		[472.486,40]	[350.156,28]
Outros Créditos	7	1.571.807,76	134.754,99
Rendas a Receber		96.750,37	124.316,62
Diversos		1.475.057,39	10.438,37
Outros Valores e Bens	8	696,77	-
Despesas Antecipadas		696,77	-
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		20.031.269,66	17.282.419,90
Operações de Crédito	6	20.031.269,66	17.282.419,90
Operações de Crédito		20.031.269,66	17.282.419,90
<b>PERMANENTE</b>		3.987.039,48	3.876.501,63
Investimentos	9	874.178,28	753.855,44
Participações em Cooperativas		874.178,28	753.855,44
Imobilizado em Uso	10	3.112.780,53	3.122.325,52
Imóveis de Uso		2.726.506,81	-
Outras Imobilizações de Uso		568.859,37	3.192.774,57
[Depreciações Acumuladas]		[182.585,65]	[70.449,05]
Intangível		80,67	320,67
Ativos Intangíveis		18.463,78	18.463,78
[Amortização Acumulada]		[18.383,11]	[18.143,11]
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>45.693.348,86</b>	<b>37.493.540,54</b>

**As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

PASSIVO	NOTA	31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>		25.089.191,46	20.009.974,99
Depósitos	11	22.689.537,05	17.969.894,13
<b>Depósitos a Prazo</b>		<b>22.689.537,05</b>	<b>17.969.894,13</b>
<b>Outras Obrigações</b>	<b>12</b>	<b>2.399.654,41</b>	<b>2.040.080,86</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		11.174,25	788,64
Sociais e Estatutárias		1.917.410,86	1.638.307,60
Fiscais e Previdenciárias		70.904,13	55.090,20
Diversas		400.165,17	345.894,42
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	14	20.604.157,40	17.483.565,55
<b>Capital Social</b>		<b>14.655.181,64</b>	<b>12.892.646,82</b>
De Domiciliados no País		14.655.181,64	12.892.646,82
<b>Reserva de Lucros</b>		<b>4.309.379,49</b>	<b>3.590.766,66</b>
<b>Sobras Acumuladas</b>		<b>1.639.596,27</b>	<b>1.000.152,07</b>
<b>TOTAL</b>		<b>45.693.348,86</b>	<b>37.493.540,54</b>

**As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

DESCRIMINAÇÃO	Segundo Semestre/2017	31/12/2017	31/12/2016
<b>RECEITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.991.878,10</b>	<b>5.863.394,78</b>	<b>4.865.922,02</b>
Operações de Crédito	2.991.878,10	5.863.394,78	4.865.922,02
<b>DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(865.190,15)</b>	<b>(2.026.892,49)</b>	<b>(2.269.029,86)</b>
Operações de Captação no Mercado	(862.133,22)	(1.904.562,37)	(2.059.813,98)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-	-	(160.214,08)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.056,93)	(122.330,12)	(49.001,80)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.126.687,95</b>	<b>3.836.502,29</b>	<b>2.596.892,16</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS</b>	<b>(460.538,34)</b>	<b>(744.257,74)</b>	<b>(427.449,37)</b>
Receitas[Ingressos] de Prestação de Serviços	81.241,61	145.013,17	97.923,91
Despesas[Dispêndios] de Pessoal	(688.520,38)	(1.273.120,04)	(1.163.087,80)
Outras Despesas[Dispêndios] Administrativas	(335.424,69)	(691.039,51)	(536.894,42)
Despesas[Dispêndios] Tributárias	(11.759,44)	(21.076,66)	(64.246,60)
Outras Receitas[Ingressos] Operacionais (Nota 17)	4.063,30	94.477,29	77.161,35
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	489.861,26	1.001.488,01	1.161.694,19
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.666.149,61</b>	<b>3.092.244,55</b>	<b>2.169.442,79</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 18)</b>	<b>2.339,97</b>	<b>2.293,99</b>	<b>38.248,54</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>1.668.489,58</b>	<b>3.094.538,54</b>	<b>2.207.691,33</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(18.527,84)</b>	<b>(30.751,39)</b>	<b>(12.593,48)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(8.684,93)	(14.414,72)	(5.903,19)
Provisão para Contribuição Social	(9.842,91)	(16.336,67)	(6.690,29)
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO</b>	<b>-</b>	<b>(603.500,71)</b>	<b>(412.330,33)</b>
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(384.887,88)	(278.976,72)
Reserva Legal		(218.612,83)	(133.353,61)
<b>LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA)</b>	<b>1.649.961,74</b>	<b>2.460.286,44</b>	<b>1.782.767,52</b>
<b>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 16)</b>	<b>(286.258,18)</b>	<b>(820.690,17)</b>	<b>(782.615,45)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO</b>	<b>1.363.703,56</b>	<b>1.639.596,27</b>	<b>1.000.152,07</b>

**As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

EVENTOS	Capital	Reservas de sobras	Sobras ou perdas acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Legal		
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>11.238.527,70</b>	<b>2.957.413,05</b>	<b>881.167,95</b>	<b>15.077.108,70</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>				
Constituição de Reservas		500.000,00	(500.000,00)	
Ao Capital	381.167,95		(381.167,95)	
<b>Movimentação de Capital:</b>				<b>-</b>
Por Subscrição/Realização	1.510.487,50			1.510.487,50
Por Devolução [ - ]	(935.265,42)			(935.265,42)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>			<b>2.195.097,85</b>	<b>2.195.097,85</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>				
Provisão de Juros ao Capital			(782.615,45)	(782.615,45)
Subscrição do Juros ao Capital	697.831,36			697.831,36
IRRF sobre Juros ao Capital	(102,27)			(102,27)
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>			<b>(78.946,31)</b>	<b>(78.946,31)</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>				<b>-</b>
. Fundo de Reserva		133.353,61	(133.353,61)	-
. F A T E S			(200.030,41)	(200.030,41)
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>12.892.646,82</b>	<b>3.590.766,66</b>	<b>1.000.152,07</b>	<b>17.483.565,55</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior: (Nota 14)</b>				
Constituição de Reservas		500.000,00	(500.000,00)	
Ao Capital	500.152,07		(500.152,07)	
<b>Movimentação de Capital:</b>				<b>-</b>
Por Subscrição/Realização	1.659.762,36			1.659.762,36
Por Devolução [ - ]	(1.179.799,05)			(1.179.799,05)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>			<b>3.063.787,15</b>	<b>3.063.787,15</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital: (Nota 16)</b>				
Provisão de Juros ao Capital			(820.690,17)	(820.690,17)
Subscrição do Juros ao Capital	782.615,45			782.615,45
IRRF sobre Juros ao Capital	(196,01)			(196,01)
<b>FATES - Atos Não Cooperativos (Nota 15)</b>			<b>(56.968,63)</b>	<b>(56.968,63)</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>				<b>-</b>
. Fundo de Reserva		218.612,83	(218.612,83)	-
. F A T E S			(327.919,25)	(327.919,25)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>14.655.181,64</b>	<b>4.309.379,49</b>	<b>1.639.596,27</b>	<b>20.604.157,40</b>
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>14.596.349,49</b>	<b>4.090.766,66</b>	<b>879.393,42</b>	<b>19.566.509,57</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>				<b>-</b>
Por Subscrição/Realização	729.168,12			729.168,12
Por Devolução [ - ]	(670.335,97)			(670.335,97)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>			<b>1.649.961,74</b>	<b>1.649.961,74</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>				
Provisão de Juros ao Capital			(286.258,18)	(286.258,18)
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>			<b>(56.968,63)</b>	<b>(56.968,63)</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>				<b>-</b>
. Fundo de Reserva		218.612,83	(218.612,83)	-
. F A T E S			(327.919,25)	(327.919,25)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>14.655.181,64</b>	<b>4.309.379,49</b>	<b>1.639.596,27</b>	<b>20.604.157,40</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2016**

**(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

DESCRIÇÃO	Segundo Semestre/2017	31/12/2017	31/12/2016
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício</b>	<b>1.668.489,58</b>	<b>3.094.538,54</b>	<b>2.207.691,33</b>
IRPJ / CSLL	[18.527,84]	[30.751,39]	[12.593,48]
Provisão para Operações de Crédito	3.056,93	122.330,12	49.001,80
Provisão de Juros ao Capital	[286.258,18]	[820.690,17]	[782.615,45]
Depreciações e Amortizações	86.240,36	113.732,87	6.234,60
	<b>1.453.000,85</b>	<b>2.479.159,97</b>	<b>1.467.718,80</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Operações de Crédito	[199.044,00]	[3.436.411,05]	[2.807.767,02]
Outros Créditos	[3.075,70]	[1.437.052,77]	1.173.892,34
Outros Valores e Bens	4.450,07	[696,77]	-
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Prazo	2.922.588,86	4.719.642,92	5.026.103,01
Outras Obrigações	954.807,84	359.573,55	313.758,29
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>5.132.727,92</b>	<b>2.684.215,85</b>	<b>5.173.705,42</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Inversões em Imobilizado de Uso		[106.009,20]	[808.753,59]
Inversões em Investimentos	[15.741,54]	[120.322,84]	[105.229,08]
Outros Ajustes	1.665,34	2.061,32	
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>[14.076,20]</b>	<b>[224.270,72]</b>	<b>[913.982,67]</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	729.168,12	1.659.762,36	1.510.487,50
Devolução de Capital à Cooperados	[670.335,97]	[1.179.799,05]	[935.265,42]
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	[56.968,63]	[56.968,63]	[78.946,31]
FATES Sobras Exercício	[327.919,25]	[327.919,25]	[200.030,41]
Subscrição do Juros ao Capital	-	782.615,45	697.831,36
IRRF sobre Juros ao Capital	-	[196,01]	[102,27]
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>[326.055,73]</b>	<b>877.494,87</b>	<b>993.974,45</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>4.792.595,99</b>	<b>3.337.440,00</b>	<b>5.253.697,20</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>			
No Início do Período	9.099.271,89	10.554.427,88	5.300.730,68
No Fim do Período [Nota 3 - c]	13.891.867,88	13.891.867,88	10.554.427,88
<b>Varição Líquida das Disponibilidades</b>	<b>4.792.595,99</b>	<b>3.337.440,00</b>	<b>5.253.697,20</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# NOTAS EXPLICATIVAS

## ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

### 1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICCOB CREDJUS, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/02/2002, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICCOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICCOB - SICCOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICCOB CREDJUS possui um Posto de Atendimento (PA) na seguinte localidade: Av. Augusto de Lima nº 1.549 - 1º andar - Sala AL 177 - Barro Preto - Belo Horizonte - MG.

O SICCOB tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

[i] Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

[ii] A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

[iii] Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27/02/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis

faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/15; Pronunciamento Conceitual Básico (R1) (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.144/12.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### **d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a

valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA [risco mínimo] a H [risco máximo].

#### **f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos,

instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.



### **l) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

### **m) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **n) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

### **o) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

### **p) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o

Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

### **q) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

### **r) Valor recuperável de ativos – impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros [impairment] é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

### **s) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Em R\$ mil

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	37.468,88	175.614,26
Relações interfinanceiras – centralização financeira	13.854.399,00	10.378.813,62
<b>Total</b>	<b>13.891.867,88</b>	<b>10.554.427,88</b>

#### 5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	13.854.399,00	10.378.813,62
<b>TOTAL</b>	<b>13.854.399,00</b>	<b>10.378.813,62</b>

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

#### 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	6.683.153,71	20.031.269,66	100%	23.278.451,12
(-) Provisões para Operações de Crédito	[472.486,40]	0,00		[350.156,28]
<b>TOTAL</b>	<b>6.210.667,31</b>	<b>20.031.269,66</b>	<b>100%</b>	<b>22.927.856,04</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
A	0,5%	Normal	11.552.176,97	11.552.176,97	57.760,88	10.519.977,68	52.599,89
B	1%	Normal	2.749.601,24	2.749.601,24	27.496,01	5.179.660,27	51.796,60
C	3%	Normal	12.343.738,83	12.343.738,83	370.312,17	7.506.175,48	226.337,98
C	3%	Vencidas	11.553,25	11.553,25	346,59	38.423,66	0,00
D	10%	Vencidas	0,00	3.175,96	317,60	5.305,73	530,57
E	30%	Vencidas	54.177,12	54.177,12	16.253,14	0,00	0,00
F	50%	Normal	0,00	0,00	0,00	5.187,04	2.593,52
G	70%	Normal	0,00	0,00	0,00	23.282,46	16.297,72
<b>Total Normal</b>			<b>26.645.517,04</b>	<b>26.645.517,04</b>	<b>455.569,06</b>	<b>23.229.095,89</b>	<b>347.032,19</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>68.906,33</b>	<b>68.906,33</b>	<b>16.917,33</b>	<b>48.916,43</b>	<b>3.124,09</b>
<b>Total Geral</b>			<b>26.714.423,37</b>	<b>26.714.423,37</b>	<b>472.486,39</b>	<b>23.278.012,32</b>	<b>350.156,27</b>
<b>Provisões</b>			<b>[472.486,39]</b>	<b>[472.486,39]</b>		<b>[350.156,28]</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>26.241.936,97</b>	<b>26.241.936,97</b>		<b>22.927.856,04</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.018.053,82	4.665.099,89	20.031.269,66	26.714.412,37
<b>TOTAL</b>	<b>2.018.053,82</b>	<b>4.665.099,89</b>	<b>20.031.269,66</b>	<b>26.714.412,37</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo / Financiamento	31/12/2017	% da Carteira
Pessoa Física	26.714.423,37	26.714.423,37	100%
<b>TOTAL</b>	<b>26.714.423,37</b>	<b>26.714.423,37</b>	

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	350.156,28	301.154,47
Constituições / Reversões	122.330,12	49.001,81
Transferência para prejuízo no período	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>472.486,40</b>	<b>350.156,28</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	144.085,93	0,55%	121.126,31	0,53%
10 Maiores Devedores	1.190.585,72	4,46%	1.065.548,46	4,65%
50 Maiores Devedores	4.480.500,19	16,77%	4.223.679,64	18,42%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	26.234,56	26.651,88
Valor das operações transferidas no período	0,00	0,00
Valor das operações recuperadas no período	(4.475,24)	(417,32)
<b>TOTAL</b>	<b>21.759,32</b>	<b>26.234,56</b>

h) Receitas de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos	5.863.394,78	4.865.922,02
<b>Total</b>	<b>5.863.394,78</b>	<b>4.865.922,02</b>

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber [a]	96.750,37	124.316,62
Diversos [b]	1.475.057,39	10.438,37
<b>TOTAL</b>	<b>1.571.807,76</b>	<b>134.754,99</b>

[a] Em Rendas a Receber estão registrados a receita sobre o saldo mantido na Centralização Financeira do Sicoob Central Cecremge (R\$ 81.431,79) e comissão s/seguros (R\$ 19.706,87);

[b] Em diversos estão registrados os valores a receber referente aos descontos em folha de pagamentos dos cooperados para a amortização de empréstimos, capitalização e aplicação financeira aplicoop e plano de saúde.

## 8. Outros valores e bens

Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referente a seguro contra incêndio sede no valor de R\$ 696,77.

## 9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	874.178,28	753.855,44
<b>TOTAL</b>	<b>874.178,28</b>	<b>753.855,44</b>

## 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso [a]		3.107.469,96	0%
Edificações	2.726.506,81	0,00	4,00%
Instalações	13.317,85		
Móveis e equipamentos de Uso	405.432,29	48.980,15	10%
Sistema de Comunicação	3.700,00	0,00	20%
Sistema de Processamento de Dados	93.126,88	36.324,46	20%
Sistema de Segurança	53.282,35	0,00	20%
[-] Total Depreciação Acumulada	(182.585,65)	(70.449,05)	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.112.780,53</b>	<b>3.122.325,52</b>	

[a] As imobilizações do ano de 2016 foram alocadas a partir de maio/2017 nos grupos específicos após a conclusão da obra da Sede e seu efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

## 11. Depósitos

É composto por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito a Prazo	22.689.537,05	17.969.894,13
<b>TOTAL</b>	<b>22.689.537,05</b>	<b>17.969.894,13</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	1.266.207,90	5,58%	1.105.822,32	6,15%
10 Maiores Depositantes	7.042.392,39	31,04%	6.216.059,90	34,59%
50 Maiores Depositantes	14.548.098,76	64,12%	12.155.921,52	67,65%

## 12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.174,25	788,64
Sociais e Estatutárias	1.917.410,86	1.638.307,60
Fiscais e Previdenciárias	70.904,13	55.090,20
Diversas	400.165,17	345.894,42
<b>TOTAL</b>	<b>2.399.654,41</b>	<b>2.040.080,86</b>

### 12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados [a]	327.919,25	200.034,49
Resultado de Atos com Não Associados [a]	99.240,09	78.946,31
Cotas de Capital a Pagar [b]	669.561,35	576.711,35
Dividendos E Bonificações A Pagar [c]	820.690,17	782.615,45
<b>TOTAL</b>	<b>1.917.410,86</b>	<b>1.638.307,60</b>

[a] O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 15% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

[b] Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

[c] Refere-se a juros ao capital á pagar aos cooperados

## 12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos/Contr. s/Lucros a Pagar	10.672,46	0,00
Imp.e Contrib S/Serv Terceiros	148,24	136,74
Impostos E Contrib. s/Salários	32.618,60	28.177,17
Outros	27.464,83	26.776,29
<b>TOTAL</b>	<b>70.904,12</b>	<b>55.090,20</b>

## 12.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para Pagamentos a Efetuar [a]	318.290,22	285.909,20
Credores Diversos – País [b]	81.874,95	59.985,22
<b>TOTAL</b>	<b>400.165,17</b>	<b>345.894,42</b>

[a] Referem-se à provisão para pagamento de despesas com salários, férias e seus encargos, fornecedores diversos, honorários e seguros prestamistas;

[b] Refere-se a resgate de aplicações a serem devolvidas ao espólio dos cooperados falecidos.

## 13. Instrumentos financeiros

O SICCOB CREDJUS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de **2017 e 2016**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 14. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	14.655.181,64	12.892.646,82
Associados	4.923	4.492

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada

para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

#### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/04/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 500.152,07 e pelo aumento da reserva legal no valor de R\$500.000,00 com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

#### d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida do exercício	2.243.096,97	1.412.482,40
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(56.968,63)	(78.946,31)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	2.186.128,34	1.333.536,09
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(218.612,83)	(133.353,61)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 15%	(327.919,25)	(200.030,41)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.639.596,26	1.000.152,07

## 15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Receita de prestação de serviços	145.013,17	97.923,91
Despesas específicas de atos não cooperativos	(57.293,14)	(6.330,12)
Resultado operacional	87.720,03	91.539,79
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(30.751,40)	(12.593,48)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	56.968,63	78.946,31

## 16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 17. Outros ingressos/rendas operacionais:

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	7.052,54	2.576,54
Outras Rendas Operacionais	87.424,75	74.584,81
<b>TOTAL</b>	<b>94.477,29</b>	<b>77.161,35</b>

## 18. Resultado não operacional:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucros Alienação Valores Bens	2.620,85	0,00
Ganhos de Capital	51,88	38.248,54
Total de Receitas Não Operacionais	2.672,73	38.248,54
Prejuízo Alienação de Valores Bens	378,74	0,00
Total de Despesas Não Operacionais	378,74	0,00
<b>Resultado Líquido</b>	<b>2.293,99</b>	<b>38.248,54</b>

## 19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 26.892,90	0,17%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 391.495,29	1,47%

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	50.803,53	[254,02]	0,19%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Prazo	391.495,29	1,47%	0,84%



No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

<b>BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)</b>	
Honorários	133.435,92
Encargos Sociais	26.287,18

## 20. Cooperativa Central

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda – SICCOB CREDJUS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à SICCOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICCOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICCOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICCOB CREDJUS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICCOB CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICCOB CENTRAL CECREMGE:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 05)	13.854.399,00	10.378.813,62
Ativo Permanente - Investimentos (nota 09 )	874.178,28	735.855,44

As demonstrações contábeis do SICCOB CENTRAL CECREMGE, em 30 de junho de 2017, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 18 de agosto de 2017, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2017 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

## 21. Gerenciamento de Risco

### 21.1 Risco operacional

1. As diretrizes para o gerenciamento

do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de

Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

2. O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

3. As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

4. Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

5. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

6. Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

## **21.2 Riscos de Mercado e de Liquidez**

1. O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Credjus objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da

Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o Sicoob Credjus aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

4. No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

5. Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Credjus possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

## **21.3 Risco de Crédito**

1. O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Credjus objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos

envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Credjus aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação [Sicoob], desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A [Bancoob], a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

3. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

4. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Credjus possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

#### **21.4 Gerenciamento de Capital**

1. A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Credjus objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Credjus aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. [Sicoob

Confederação], a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

3. O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

4. Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

#### **22. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### **23. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência [PR], apurado nos termos da

Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

#### 24. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e

4.090/2012.

Em razão disso, o Sicoob Confederação criou a Superintendência de Gestão de Riscos, e vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Belo Horizonte, MG, 27 de fevereiro de 2018.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICCOB CREDJUS

**Ivo Campos Athayde**  
Diretor Presidente

**Marco Antônio Mattar da Silva**  
Diretor Financeiro

**Lúcio de Moura Chaves**  
Diretor Administrativo

**Márcia Cristina Neme Rosa**  
Contadora – CRC/MG nº: 080762/0

# RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICCOB CREDJUS

Belo Horizonte/MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICCOB CREDJUS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICCOB CREDJUS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em

relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração,

somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 14 de março de 2018.

**Elisângela de Cássia Lara**

Contadora - CRC MG 086.574/0

CNAI 3.750



# PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SICOOB CREDJUS

Em cumprimento à disposição estatutária, nós, membros do Conselho Fiscal do SICOOB CREDJUS – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda., em sua sede localizada à Rua Ouro Preto nº. 161, 4º andar, Barro Preto, nesta capital, em reunião realizada em 30 de janeiro de 2018, no uso de nossas atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2017 e as demonstrações: de resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, o fluxo de caixa e demais documentos pertinentes às demonstrações contábeis acima referidas.

Os exames foram pautados e conduzidos em conformidade com as normas de contabilidade, com vista aos documentos e por meio de esclarecimentos prestados pela contadora do SICOOB CREDJUS, em reuniões realizadas mensalmente por este conselho no decorrer do ano de 2017.

Somos de opinião que os referidos documentos estão de acordo com a legislação e representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDJUS, razão pela qual opinamos favoravelmente pela sua aprovação, sem ressalvas, e emitimos o seguinte PARECER DO CONSELHO FISCAL – Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal do SICOOB CREDJUS, tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, somos de parecer que as mesmas demonstram com fidelidade a situação patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. –SICOOB CREDJUS. Assim sendo, somos de parecer que os mesmos devem ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2018.

**Luís Flávio Alves da Silva**  
Coordenador do Conselho Fiscal

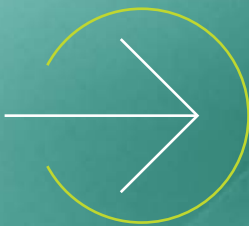
**Gustavo Henrique Barbosa Campos**  
Conselheiro Fiscal Efetivo

**Marcos Denilson Marzagão**  
Conselheiro Fiscal Efetivo

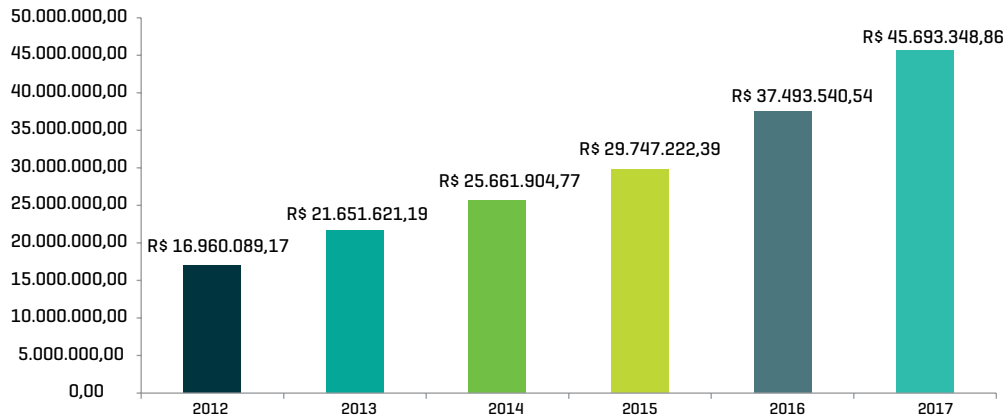




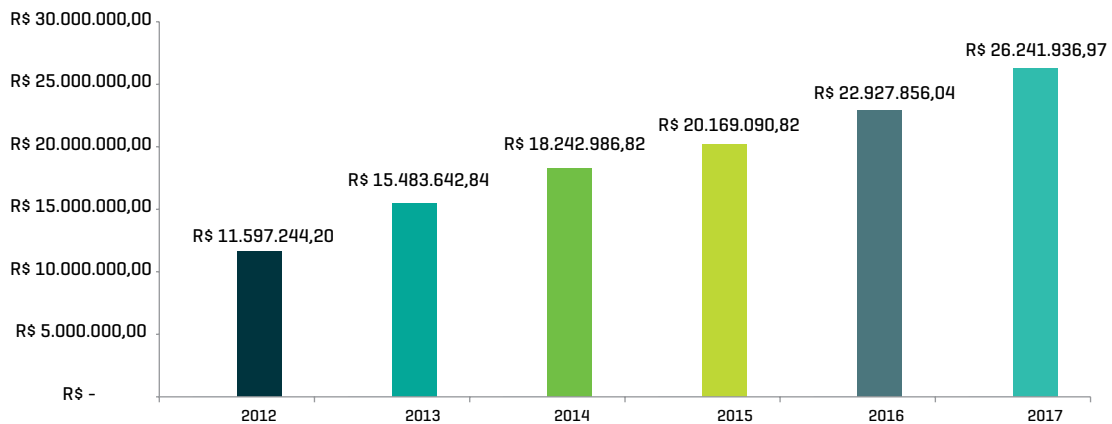
# GRÁFICOS



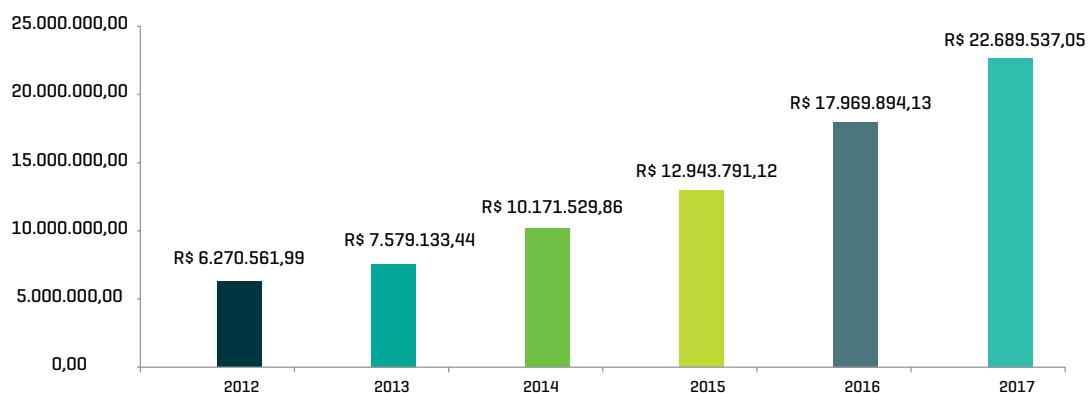
## EVOLUÇÃO ATIVO



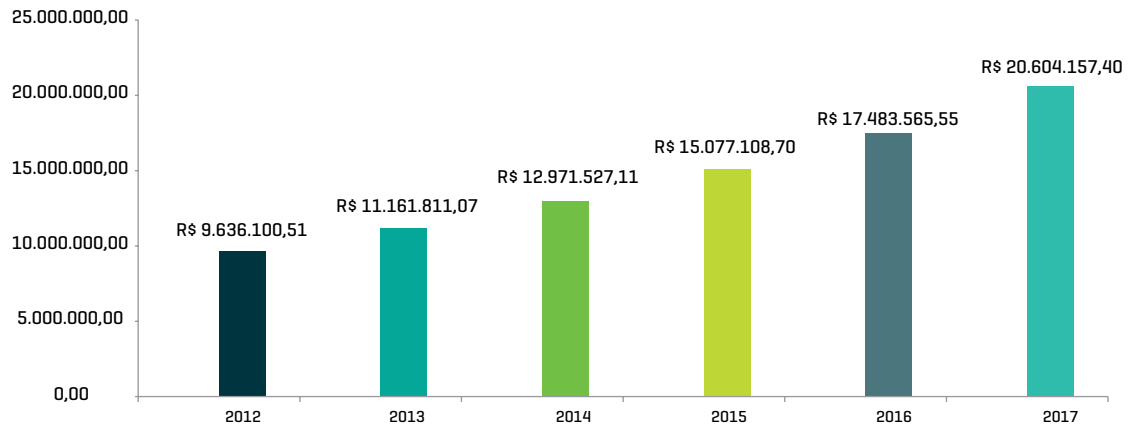
## EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO



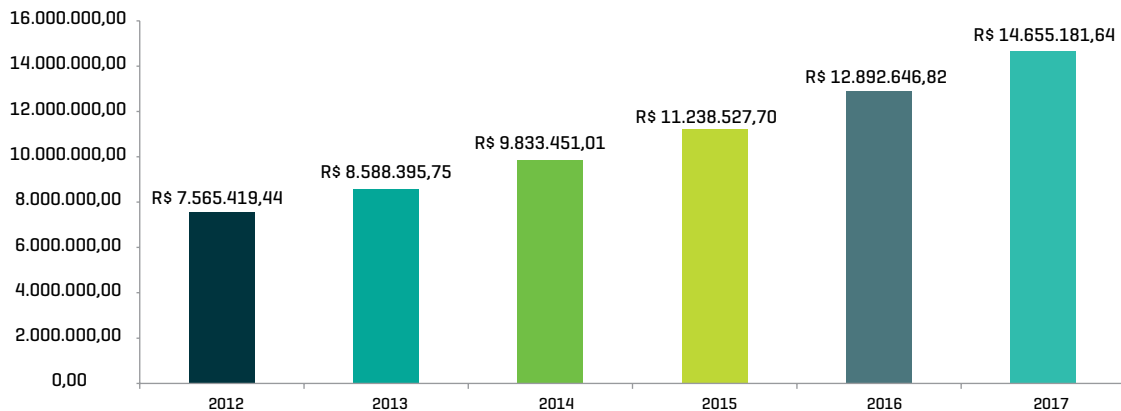
## EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE DEPÓSITO À PRAZO



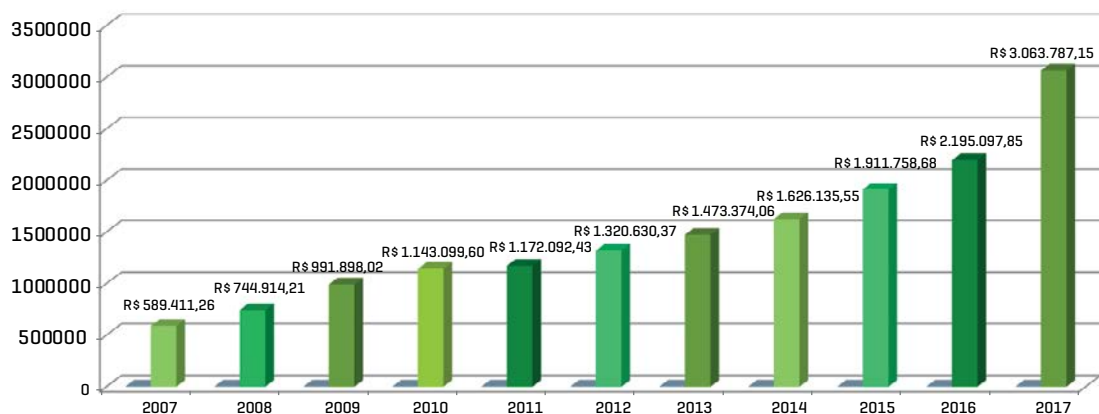
## EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



## EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL



## EVOLUÇÃO DAS SOBRAS DOS EXERCÍCIOS ANTES DO JCP E DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS



# MGR - MONITORAMENTO

CLASSIFICAÇÃO	SIGLA	INÍCIO	FIM
Baixo risco longo prazo	BRLP	25	44
Baixo risco médio prazo	BRMP	45	59
Médio risco longo prazo	MRLP	60	69
Médio risco médio prazo	MRMP	70	79
Médio risco curto prazo	MRCP	80	89
Alto risco médio prazo	ARMP	90	109
Alto risco curto prazo	ARCP	110	150

# RELATÓRIO MATRIZ DE RISCO

MÊS	SIGLA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
12/2017	SIC00B CREDJUS	35	Baixo risco longo prazo
11/2017	SIC00B CREDJUS	35	Baixo risco longo prazo
10/2017	SIC00B CREDJUS	35	Baixo risco longo prazo
09/2017	SIC00B CREDJUS	35	Baixo risco longo prazo
08/2017	SIC00B CREDJUS	37	Baixo risco longo prazo
07/2017	SIC00B CREDJUS	37	Baixo risco longo prazo
06/2017	SIC00B CREDJUS	42	Baixo risco longo prazo
05/2017	SIC00B CREDJUS	43	Baixo risco longo prazo
04/2017	SIC00B CREDJUS	42	Baixo risco longo prazo
03/2017	SIC00B CREDJUS	43	Baixo risco longo prazo
02/2017	SIC00B CREDJUS	44	Baixo risco longo prazo
01/2017	SIC00B CREDJUS	39	Baixo risco longo prazo



**859**  
Correspondentes

**169**  
Novas agências

**2.697** rede  
de atendimento

**3.825**  
Caixas eletrônicos próprios

**20 mil**  
caixas compartilhados  
(Rede 24 horas)

Fonte: Sicoob Confederação | Data base: dez/2017





 **SICOOB**  
Credjus


---



 **SICOOB**  
Credjus

[www.sicoobcredjus.com.br](http://www.sicoobcredjus.com.br)

@ [sicoobcredjus@sicoobcredjus.com.br](mailto:sicoobcredjus@sicoobcredjus.com.br)

 @sicoobcredjus